



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCLAMADO em 02 de maio de 2016
no Diário Oficial da União
021 05 1-16
Iza Maria Pereira
Secretária Executiva
Mat. SIAPE 000

PORTARIA UFERSA/PROAD N.º 059/2016, de 02 de maio de 2016

O Pró-Reitor de Administração da **Universidade Federal Rural do Semi-Árido**, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria UFERSA/GAB N.º 1.452/2014, de 31 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o Contrato 111/2015 celebrado entre a **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA** e a empresa **COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE – COSERN**, nos termos da Inexigibilidade de Licitação n.º 66/2015, que tem por objeto o fornecimento de energia elétrica Horo-sazonal verde pela CONTRATADA à Fazenda Alagoinha da UFERSA, para funcionamento de uma bomba de 110 HP, sob a contraprestação de pagamento de fatura de energia elétrica mensal, de acordo com as regras estabelecidas na legislação – Lei n.º 8.666/93 e na Resolução n.º 414, de 9 de setembro de 2010 da ANEEL, sem prejuízo das condições ora pactuadas;

CONSIDERANDO o que determina o artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, com relação ao acompanhamento e fiscalização de contratos estabelecidos na administração pública federal;

CONSIDERANDO o que determina o artigo 2º, inciso II, alínea “d”, da Portaria UFERSA/GAB N.º 1.491/2014, de 17 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a PORTARIA UFERSA/PROAD N.º 155/2015, de 20 de novembro de 2015.

Art. 2º Designar os servidores **Everton Notreve Rebouças Queiroz Fernandes** (Gestor do Contrato Titular) e **José Ricardo de Albuquerque Barbosa** (Gestor do Contrato Substituto).

Art. 3º Os servidores, ora designados, se responsabilizarão pelo acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar a Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados, conforme o disposto na Instrução Normativa N.º 02/2008 – SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008.

Art. 4º Este ato entra em vigor a partir desta data.

Jorge Luiz de Oliveira Cunha
Pró-Reitor de Administração